

Biblioteca pública e inclusão social: o papel da Biblioteca Almir Clementino Muniz na preservação da memória e democratização do acesso à informação

Adalaete Souza de Freitas
souzadefreitas2@gmail.com

Zeny Duarte
zenydu@gmail.com

Salim Silva Souza
salmilas@gmail.com

Bruna Lessa
lessbruna@gmail.com

Tassila Oliveira Ramos
tassilaramos@gmail.com

Resumo

Este artigo analisa o papel da Biblioteca Pública Municipal Almir Clementino Muniz, localizada em Ubatã-BA, na promoção do conhecimento, preservação da memória e inclusão social. A pesquisa, de abordagem qualitativa e bibliográfica, utiliza o estudo de caso como método, empregando questionários, observação direta e análise documental para compreender como a instituição inova seus serviços e amplia o acesso à informação. Os resultados evidenciam que a biblioteca atua como um espaço dinâmico de interação social, contribuindo para a sustentabilidade informacional e o fortalecimento da memória coletiva. Além disso, destaca-se sua relevância na preservação do patrimônio cultural baiano, alinhando-se aos princípios da Agenda 2030 da ONU.

Palavras-chave: biblioteca pública - Bahia; memória institucional; política pública; Inclusão social; acesso a informação

Public libraries and social inclusion: the role of the Almir Clementino Muniz Library in preserving memory and democratizing access to information

Abstract

This article analyzes the role of the Almir Clementino Muniz Municipal Public Library, located in Ubatã-BA, in promoting knowledge, preserving memory, and fostering social inclusion. The research, based on a qualitative and bibliographic approach, employs a case study method using questionnaires, direct observation, and document analysis to understand how the institution innovates its services and expands access to information. The results show that the library functions as a dynamic space for social interaction, contributing to informational sustainability and strengthening collective

memory. Furthermore, its relevance in preserving Bahia's cultural heritage is highlighted, aligning with the principles of the UN's 2030 Agenda.

Keywords: public library - Bahia; institutional memory; public policy; social inclusion; access to information.

1 INTRODUÇÃO

As bibliotecas públicas desempenham um papel fundamental na democratização do conhecimento e na valorização da identidade cultural das comunidades. Elas vão além de simples repositórios de livros, funcionando como espaços dinâmicos, convivência social e preservação da memória local. A Biblioteca Pública Municipal Almir Clementino Muniz, situada no município de Ubatã, na região sul do estado da Bahia, é um exemplo representativo desse impacto, oferecendo um ambiente que integra cultura, educação e inclusão.

A relevância desta pesquisa está no reconhecimento da biblioteca pública como um espaço sociocultural capaz de fortalecer os laços comunitários e proporcionar benefícios concretos à população. O estudo visa analisar como essa instituição contribui para a formação cidadã, apoia tanto a educação formal quanto informal, e estimula o senso de pertencimento social. Além disso, busca compreender os desafios e as potencialidades da biblioteca, com o intuito de embasar estratégias para sua modernização e maior engajamento da comunidade.

O objetivo principal deste estudo é investigar as contribuições da biblioteca pública para a sociedade local, com ênfase em seu impacto na disseminação do conhecimento, na valorização da cultura e na promoção da inclusão social. Especificamente, pretende-se: examinar como a biblioteca apoia e interage com os diferentes aspectos culturais, políticos e educacionais da comunidade; avaliar seu papel na preservação da história e memória local, investigando se ela funciona como um espaço de resgate da identidade regional; e identificar os serviços e atividades oferecidos, analisando suas potencialidades e desafios diante das demandas da sociedade contemporânea.

Dada a crescente digitalização da informação e as mudanças nos hábitos culturais, questiona-se de que maneira a Biblioteca Pública Municipal Almir Clementino Muniz tem inovado seus serviços para se afirmar como um espaço multifacetado de conhecimento, cultura, memória, interação social e inclusão. A hipótese central desta pesquisa é que a biblioteca, enquanto instituição sociocultural, desempenha um papel estratégico na promoção da cidadania, funcionando como um organismo dinâmico capaz de integrar diferentes saberes, adaptar-se às novas tecnologias e estimular a socialização entre seus usuários.

Estudos de autores como Ferraz (2014), Lessa (2020) e Lins (2016) ressaltam a necessidade de reinvenção das bibliotecas públicas, com o objetivo de se tornarem espaços híbridos e multiterritoriais, combinando serviços presenciais e digitais para atender melhor às demandas contemporâneas.

Este estudo espera contribuir para o fortalecimento das bibliotecas públicas, promovendo a adoção de estratégias inovadoras que ampliem seu impacto social. A incorporação de recursos tecnológicos e a capacitação profissional contínua são fatores que podem consolidar a biblioteca como um espaço de múltiplas oportunidades, oferecendo acesso ao conhecimento, estimulando o engajamento comunitário e assegurando a inclusão de públicos diversos.

A investigação está estruturada da seguinte forma: introdução, que apresenta o tema e sua relevância; referencial teórico, com discussões sobre a importância das bibliotecas públicas no contexto sociocultural e educacional; aspectos metodológicos, detalhando o percurso adotado; resultados e discussão, apresentando os achados da pesquisa e sua análise à luz do referencial teórico; e, finalmente, conclusão, que sintetiza as principais reflexões e sugere caminhos para futuras investigações.

2 PAPEL DAS BIBLIOTECAS NA SOCIEDADE

Esta pesquisa tem como objetivo desenvolver uma compreensão aprofundada do papel da Biblioteca e suas contribuições para orientar futuras políticas e práticas que assegurem sua relevância contínua e ampliem seu impacto positivo na comunidade. Conforme afirma Jesus (2023, p.13) “a biblioteca pública justifica a sua existência, permanência e reconhecimento social por ser uma instituição voltada ao cumprimento de funções sociais relacionadas ao desenvolvimento humano”.

A Biblioteca Pública desempenha uma série de funções essenciais para a sociedade, incluindo a gestão da informação, processos técnicos e disponibilização de conteúdos em diferentes formatos. Ela oferece serviços gratuitos e de qualidade, garantindo o acesso democrático à informação e promovendo a equidade. Essas ações refletem na inclusão social, mediando a leitura e promovendo atividades artísticas, pedagógicas e culturais, além de projetos e ações que envolvem os usuários e a comunidade no espaço informacional, conforme enfatizado por Jesus (2023):

A Biblioteca Pública é um importante equipamento cultural onde o exercício da cidadania é ou pelo menos deve ser efetivado, por meio da democratização do acesso à informação, que visa atender, sem distinção, a qualquer pessoa independente de sua classe social, sexo, orientação sexual ou religião; seja por meio da promoção de atividades de incentivo à leitura e/ou formação de leitores críticos (Jesus, 2023, p.13).

Ao longo da história, a biblioteca pública tem se ressignificado, adaptando-se às transformações sociais e às novas formas de vida. Segundo Lessa (2020, p. 1), a biblioteca desempenha uma importante função na gestão da informação e, especialmente, no combate às *fake news*, uma vez que a sociedade necessita de educação midiática e digital para compreender as informações de maneira crítica e evitar os perigos de desinformação.

Com o avanço das tecnologias da informação e comunicação, especialmente com o surgimento da internet, as informações circulam quase em tempo real, resultando em um grande volume de dados disponíveis na rede, tanto responsáveis quanto prejudiciais. Esse cenário tem gerado uma crescente preocupação sobre as políticas públicas de informação, especialmente em tempos de *fake news*, conforme discutido por Estrela, Santana e Miranda (2024). As pesquisadoras destacam que a proliferação de notícias falsas tem se expandido significativamente, afetando diversos âmbitos sociais. Nesse contexto, as bibliotecas e espaços informacionais desempenham um papel crucial ao disponibilizar conteúdos confiáveis e contribuir para a formação de sujeitos informacionais.

Este contexto reforça a compreensão da biblioteca como uma instituição que aborda questões sociais e está profundamente imersa nos processos históricos, sociais e culturais do país. Seus usuários são sujeitos sociais que moldam e constroem a sociedade com base nas demandas que cada contexto histórico.

2.1 BIBLIOTECA PÚBLICA NO BRASIL: BREVE HISTÓRICO

A Biblioteca pública, reconhecida tanto como um patrimônio material quanto imaterial da humanidade; com uma função primordial de tratar a informação e o conhecimento como processo contínuo (Ferraz, 2014). Essa instituição acompanha e influencia as transformações sociais, sendo simultaneamente impactada pelas mudanças, às culturais, educacionais e tecnológicas, as quais a sociedade perpassa. Como destaca Ferraz (2014), além de preservar o saber, a biblioteca facilita seu fluxo, atuando como um espaço de democratização do conhecimento.

A classificação das bibliotecas, proposta por Santos (2010), considera três perspectivas fundamentais: particular, pública e universitária, cada uma direcionada a atender diferentes tipos de público e objetivos. Essa classificação remonta ao período do Renascimento, época em

que a figura do bibliotecário emergiu de forma mais acentuada e específica, marcando o início de uma organização mais sistemática dos espaços dedicados ao armazenamento e disseminação do conhecimento.

No Brasil, a primeira biblioteca pública surgiu no século XIX, durante o período imperial, quando o acesso ao conhecimento ainda era um privilégio restrito à elite, especialmente à classe religiosa e aos indivíduos de maior poder aquisitivo (Jesus, 2023). A Biblioteca dos Jesuítas, em Salvador, fundada em 1553, que funcionava no Colégio dos Jesuítas, foi uma das primeiras a desempenhar um papel relevante, promovendo o acesso ao saber entre os membros da sociedade colonial. A ordem religiosa dos Jesuítas era reconhecida por sua ênfase na educação, e suas bibliotecas continham obras teológicas, filosóficas, científicas e literárias.

No contexto mais amplo, a Biblioteca Nacional, que teve origem na Biblioteca Real trazida de Portugal com a transferência da corte portuguesa para o Brasil em 1808, localizada no Rio de Janeiro, foi oficialmente aberta ao público em 1814 (Santos, 2012). Já a Biblioteca Pública da Bahia, fundada em 1811, em Salvador, é um marco no desenvolvimento das bibliotecas públicas brasileiras, refletindo sua importância histórica e cultural, sendo a mais antiga da América Latina e primeira pública do Brasil.

O ensino de Biblioteconomia no Brasil teve início em 1911, na Biblioteca Nacional, com o primeiro curso de formação de bibliotecários criado pelo Decreto 8.835 de 11 de julho do mesmo ano. Em 1929, surgiu o segundo curso, no *Mackenzie College*, em São Paulo, inspirado no modelo tecnicista da *Columbia University* (Castro, 2000). Antes disso, a atuação na área era empírica, sendo desempenhada por religiosos e indivíduos ligados à administração de acervos, como o jesuíta português Antônio Gonçalves, que atuou como bibliotecário no Colégio da Bahia em 1604 (Fonseca, 1979). Durante séculos, a organização das bibliotecas no Brasil esteve restrita ao clero e à elite intelectual, sem uma formação acadêmica específica para o exercício da profissão.

A partir de meados do século XX, consolidou-se o ensino formal, com instituições pioneiras como a Escola de Biblioteconomia da Bahia (1948), a Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1945) e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1947) (Fonseca, 1979). Esses marcos evidenciam a expansão e a consolidação do ensino de Biblioteconomia no Brasil, preparando o caminho para o reconhecimento da profissão como de nível superior em 1962.

As bibliotecárias formadas na Bahia tiveram atuação marcante em Sergipe, onde contribuíram para implantar o primeiro curso de Biblioteconomia no estado, na Universidade Tiradentes (UNIT), e para estruturar bibliotecas e arquivos públicos, incluindo a consolidação da Biblioteca Central da Universidade Federal de Sergipe (BICEN/UFS), com destaque para as professoras Eurydice Pires de Sant'Anna¹ e Lindaura Alban Corujeira², bem como para a bibliotecária Rosa Gomes Vieira³ (Souza, 2022).

¹ Eurydice Pires de Sant'Anna organizou o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e mediu possíveis contratações de docentes para o curso de Biblioteconomia da UNIT. Na época, a professora atuava da UFBA. Em sua trajetória ela foi membro da Associação dos Professores Universitários da Bahia – APUB (1979) e da Câmara de Ensino e Graduação do Conselho de Graduação da UFBA (1979), membro nato do Conselho Regional de Biblioteconomia – CRB-5 (1968) e vice-presidente da Comissão Brasileira de Documentação Biomédica (1975) dentre outras atividades desenvolvidas (Souza, 2022).

² Lindaura Alban Corujeira, bibliotecária renomada, era membro nato da APBEB – Associação de Profissionais Bibliotecários do Estado da Bahia e do CRB-5. Atuou na biblioteca da UFBA. Atuou como professora do curso de Biblioteconomia e Documentação da UNIT entre os anos 1984 e 1994 (Souza, 2022).

³ Rosa Gomes Vieira bacharel em Biblioteconomia pela UFBA (1974). Em 1975, ingressa como bibliotecária na UFS, integrando a primeira geração de bibliotecários da Instituição. Atuou como diretora da BICEN (2001-2013), coordenando projetos de ampliação do espaço físico da biblioteca, criação do repositório institucional e colaborando na implantação do curso de Biblioteconomia e Documentação da UFS (Souza, 2019).

Em 1954, dois eventos reforçaram a profissionalização do setor: o primeiro Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação e a criação do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), transformado na década de 1970 em Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), órgão central para a coordenação da informação científica e para a expansão da pós-graduação em Ciência da Informação (Souza, 2022).

Assim, a trajetória das bibliotecas públicas no Brasil reflete não apenas a preservação do conhecimento, mas também a adaptação às transformações sociais e culturais. A biblioteca pública baiana exemplifica essa evolução, unindo memória histórica e novos desafios da era digital e da desinformação.

2.2 BIBLIOTECA PÚBLICA: DISPOSITIVO CULTURAL E INFORMACIONAL NO CONTEXTO BAIANO

Salvador abriga um consolidado sistema de bibliotecas públicas, sustentado por dois pilares: a oferta do curso de Biblioteconomia, Documentação e Arquivologia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), o que contribui significativamente para a formação de profissionais qualificados; e o papel histórico-cultural da capital, primeira do Brasil e centro do desenvolvimento intelectual e cultural baiano (Jesus, 2023).

O ensino da Biblioteconomia na Bahia teve início em 12 de março de 1942, sob a orientação da engenheira Bernadete Sinay Neves juntamente com Felisbela Liberato de Matos Carvalho, Maria José das Mercês Passos e Oswaldo Imbassahy da Silva. Em 1948, foi fundada a Escola de Biblioteconomia da Bahia, que passou a oferecer o curso de forma estruturada. Em 1954, a instituição foi integrada à UFBA, consolidando-se como uma das pioneiras na formação de profissionais da área nas regiões Norte e Nordeste do Brasil.⁴ A partir de 2019, a UFBA expande as ações do curso com a criação da modalidade a distância (EaD), em parceria com a Universidade Aberta do Brasil (UAB), estendendo seu alcance a municípios do interior e até a outros estados.

Jesus (2023) realizou um levantamento sobre a implantação de bibliotecas públicas nos 417 municípios baianos, identificando datas de fundação, legislação de funcionamento e as políticas públicas relacionadas a essas instituições. As bibliotecas públicas são reconhecidas como espaços fundamentais para o desenvolvimento do conhecimento local, principalmente devido à complexa conjuntura de construção histórica do Brasil e da Bahia (Lins, 2016). Entretanto, sua origem, historicamente atendeu também aos interesses das elites, por permitir a partilha do espaço e do saber entre diversas classes sociais.

A Biblioteca Pública do Estado da Bahia, fundada em 1811, é considerada uma “fênix”, como descreve Lessa (2021), por ter resistido a diversos episódios de instabilidade administrativa e crises físicas, reafirmando-se como espaço social ao longo do tempo. Segundo Jesus (2023), na década de 1940, apenas 18 municípios baianos contavam com bibliotecas públicas implantadas, como Salvador (1811), Feira de Santana (1890), Santo Amaro (1899), Cachoeira (1907), Morro do Chapéu (1915), Mucugê (1929), Catu (1936), Ituberá (1936), Casa Nova (1938), Brumado (1940), entre outras. Dessas, somente 11 tinham respaldo legal para seu funcionamento, demonstrando como fatores políticos, históricos, religiosos e culturais interferem diretamente na criação e manutenção dessas instituições.

Jesus (2023) também destaca que a Biblioteca Municipal de Feira de Santana, criada em 16 de janeiro de 1890, tinha em seu acervo inicial livros provenientes da França e de Portugal, evidenciando o prestígio da nova instituição. Inicialmente, funcionava num casarão na atual

⁴ O curso ministrado inicialmente na Biblioteca Pública do Estado da Bahia, destinado a um grupo de bandeirantes e depois aos funcionários da instituição, é considerado o pioneiro no estado. A demanda crescente resultou na criação da Escola de Biblioteconomia em 1948, que funcionou autonomamente até firmar convênio com a UFBA em 1954, passando a se chamar Escola de Biblioteconomia e Documentação (Aragão; Quaresma, 1992).

Praça João Pedreira, sendo transferida posteriormente para a Rua Geminiano Costa, passando a se chamar Biblioteca Municipal Arnold Ferreira da Silva⁵, conforme Resolução da Câmara Municipal de 4 de dezembro de 1961. Nas Figuras 1 e 2 pode-se observar a transformação da referida biblioteca ao longo do tempo.

Figura 1 - Biblioteca Municipal de Feira de Santana – Século XIX



Fonte: <https://www.google.com>

A Biblioteca Municipal Arnold Ferreira da Silva foi reformada em 2019. Embora relevante, sua história não será aprofundada neste estudo.

Figura 2 - Biblioteca Municipal de Feira de Santana – Atualmente



Fonte: <https://www.google.com>

Nota-se que a Bahia teve papel central na consolidação das bibliotecas públicas, principalmente por meio de suas cidades históricas, que implantaram com antecedência seus equipamentos informacionais e culturais. Em Salvador, destacam-se instituições como a Biblioteca Infantil Monteiro Lobato, a Biblioteca de Extensão, a Biblioteca Pública Thales de Azevedo, a Biblioteca Anísio Teixeira e a Biblioteca Juracy Magalhães Jr., além da já mencionada Biblioteca Pública do Estado da Bahia.

Esses espaços são indispensáveis para a democratização do acesso à informação e à cultura, além de atuarem como agentes transformadores da sociedade. No entanto, enfrentam dificuldades estruturais e orçamentárias, que impactam a manutenção de acervos e a integração

⁵ Arnold Ferreira da Silva (1894–1965), natural de Feira de Santana (BA), foi jornalista, vereador, presidente da Câmara Municipal e prefeito de sua cidade natal (1924–1928), quando fundou a Biblioteca Municipal. Atuou como deputado constituinte em 1933 e deputado federal até 1937. Após o Estado Novo, candidatou-se pela UDN, mas não foi eleito. Também foi pecuarista e membro do diretório central do Partido Social Democrata baiano (FGV, 2009).

de tecnologias, como aponta Lessa (2020). A seção seguinte abordará as principais políticas públicas voltadas ao fortalecimento dessas instituições socioculturais.

2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA BIBLIOTECA

As políticas públicas são importantes para desenvolver e sanar lacunas existentes no âmbito dos serviços prestados por instituições públicas. No caso das bibliotecas públicas, submetidas à administração governamental, essas políticas e incentivos são essenciais para seu funcionamento e crescimento. Sem apoio contínuo do poder público, essas instituições não avançam, conforme demonstra Fidelis e Silva (2013):

Conforme o art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil (CFB), as políticas públicas estão subordinadas aos princípios gerais da administração pública, como legalidade, transparência, eficiência. Tomando como base os artigos 1º, 3º, 5º, 174º da CFB, não é possível garantir os fundamentos e os objetivos da República e os direitos fundamentais do ser humano se não for por meio das políticas públicas. Portanto, os governos, dentro de suas competências (parcelas de atribuições) estão obrigados a elaborar políticas públicas (Fidelis; Silva, 2013, p. 03).

No Brasil, o discurso de zerar o número de municípios sem bibliotecas públicas não é recente. De acordo com Paiva (2008), a Revolução Industrial ocorrida na Inglaterra impulsionou o desenvolvimento comercial e populacional no Brasil, sobretudo na Era Vargas (1930–1945). Contudo, a indústria do livro carecia de bibliotecas para se expandir. A solução encontrada pelo Estado Novo foi fundar e manter bibliotecas públicas em cada município brasileiro onde não existissem, com o objetivo de aquecer a produção editorial, reduzir o analfabetismo e sustentar o desenvolvimento do país.

Para isso, em 1937, o então presidente Getúlio Vargas aprovou a criação do Instituto Nacional do Livro (INL) por meio do Decreto-Lei nº 93, de 21 de dezembro de 1937. Esse órgão tinha como missão promover e administrar políticas públicas para bibliotecas municipais e estimular o mercado editorial. Na década de 1930, surgiram as primeiras leis municipais para criação de bibliotecas públicas na Bahia. Segundo Jesus (2023), os municípios de Santo Amaro e Catu foram uns dos pioneiros: a Lei nº 8, de 3 de setembro de 1936, autorizou a criação da Biblioteca de Santo Amaro, e o Decreto nº 18, de 30 de agosto de 1938, instituiu a Biblioteca de Catu.

Na década de 1970, foi instituído o Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas (SEBP), pelo Decreto nº 22.103, de 04 de novembro de 1970, com o objetivo de estimular a leitura através de bibliotecas públicas, comunitárias e espaços de leitura no Estado da Bahia (Jesus, 2013).

Avançando nas políticas de incentivo, em 1986 o presidente José Sarney criou a Lei Federal de Incentivo à Cultura. Em 1987, foi instituída a Fundação Nacional Pró-Leitura por meio da Lei nº 7.624, com a função de executar a política governamental para o livro e a biblioteca (Brasil, 1988).

Na década de 1990, o país adotou projetos relevantes. Em 1992, foi criado o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP) e, no mesmo ano, o Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER). Em 1993, foi lançado o programa “Uma Biblioteca em Cada Município”. Todas essas ações tinham como objetivo fortalecer o acesso ao livro, à leitura e à informação.

Em 2000, surgiram novas iniciativas, como o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST) e o programa Fome de Livro. Em 2005, foi criado o Programa Nacional do Livro e da Leitura (PNLL), e, em 2007, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva instituiu o Programa Mais Cultura, dando continuidade aos incentivos à leitura e às bibliotecas.

A Lei nº 12.244/2010, sancionada no mesmo ano, tornou obrigatória a existência de bibliotecas em todas as instituições de ensino públicas e privadas do país (Brasil, 2010). Essa lei beneficiou também os bibliotecários, ampliando seu campo de atuação profissional. Apesar

dessas iniciativas, muitos dos processos ligados às bibliotecas ficaram sob responsabilidade do Ministério da Cultura, frequentemente afetado por cortes orçamentários. Isso limita os investimentos em bibliotecas federais, estaduais e municipais.

Ainda em 2010, o governo federal definiu a meta de zerar o número de municípios sem bibliotecas públicas até o fim da década. Para alcançar esse objetivo, foram estabelecidos critérios para doação de *kits* de acervo e realização de capacitações. Segundo Santos (2016), entre 2007 e 2010, o SEBP conseguiu implantar 143 bibliotecas públicas municipais e capacitar 533 pessoas para atuarem nesses espaços.

A tabela abaixo sintetiza as políticas públicas para a Biblioteca existentes no Brasil de 1937 a 2024.

Quadro 1 – Políticas públicas dos anos 1937 a 2004

1937	1986	1987	1992	1992	1993	2003
Instituto Nacional do Livro	Lei Sarnei	Fundação Nacional Pró-Leitura	Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas	Programa Nacional de Incentivo à Leitura	Programa “Uma Biblioteca em Cada Município	Lei do livro
2003	2004	2005	2005	2011	2018	2024
Programa Arca das Letras	Programa Livro Aberto	Programa Fome de Livro	Vivaleitura	Programa Nacional do Livro e da Leitura	Política Nacional de Leitura e Escrita	Mudanças no Material do PNLD

Fonte: Elaborado pelos autores.

A Bahia tem papel de destaque nesse processo. Estado, que foi um dos pioneiros na implantação de bibliotecas e na criação do curso de biblioteconomia, possui uma política pública consolidada por meio da Fundação Pedro Calmon (FPC), órgão responsável pela gestão do sistema de bibliotecas em Salvador e no interior. Vinculada à Secretaria de Cultura do Estado, a FPC oferece cursos de capacitação para bibliotecários, auxiliares e demais profissionais de espaços de leitura (Santos, 2016)

Além disso, a FPC promove projetos de extensão voltados à leitura, às artes e outras linguagens culturais, e realiza a distribuição de kits de livros para compor o acervo das bibliotecas conveniadas. Essas ações, embora relevantes, ainda são insuficientes diante do número expressivo de adultos, jovens e crianças sem acesso adequado à informação.

Na atualidade, políticas nacionais como o Plano Nacional de Cultura (PNC), o Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL), o Instituto Pró-Livro, a Câmara Brasileira do Livro, a pesquisa Retratos da Leitura no Brasil (2011) e a Lei de Acesso à Informação complementam os esforços estaduais. Cada estado possui autonomia para desenvolver suas próprias ações para garantir o acesso ao livro, à leitura e às bibliotecas. Nesta perspectiva, o apoio e a gestão da Fundação Pedro Calmon são fundamentais para o fortalecimento das políticas públicas de leitura e bibliotecas no estado da Bahia.

3 METODOLOGIA

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e bibliográfica, ancorada no método do estudo de caso. Conforme Alves-Mazzotti (2006, p. 3), o estudo de caso “desenvolve-se em apenas uma unidade (uma escola, uma turma, uma empresa) ou inclui um número muito reduzido de sujeitos”. De acordo com Yin (2005), o estudo de caso é particularmente útil quando se busca compreender fenômenos contemporâneos inseridos em contextos reais, especialmente quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claramente delimitadas.

O levantamento de dados envolveu: aplicação de questionários a usuários e funcionários da biblioteca, buscando compreender suas percepções sobre os serviços

oferecidos; observação participante dos processos de trabalho, com ênfase na dinâmica de atendimento e nas atividades culturais promovidas; e análise documental dos serviços disponíveis, verificando sua adequação às necessidades da comunidade e seu alinhamento com tendências contemporâneas.

A metodologia adotada foi a abordagem qualitativa e bibliográfica, conforme a perspectiva de Minayo (1994), que possibilita investigar os fenômenos vivenciados pelos sujeitos sociais.

A metodologia qualitativa é abordada procurando principalmente, o social como um mundo de significados possível de investigação e a linguagem comum ou a “fala” como a matéria-prima desta abordagem, a ser constatada com a prática dos sujeitos sociais (Minayo,1993, p. 239-240).

O percurso metodológico seguiu a técnica do estudo de caso. Segundo Alves-Mazzotti (2006), trata-se de um método de pesquisa qualitativa utilizado em processos investigativos com poucos sujeitos ou unidades. Os estudos de caso são “desenvolvidos em apenas uma unidade (uma escola, uma turma, empresa) ou por incluírem um número muito reduzido de sujeitos” (Alves-Mazzotti, 2006, p. 3). Yin (2005) reforça que o estudo de caso é uma estratégia abrangente que envolve técnicas múltiplas de coleta e análise de dados, favorecendo uma compreensão aprofundada do objeto investigado.

O estudo de caso foi utilizado como técnica de pesquisa, e o critério de seleção dos sujeitos participantes baseou-se no estudo de usuário. Foram considerados como sujeitos: estudantes do ensino médio e superior, professores, pessoas da comunidade e funcionários da biblioteca. Esses participantes são frequentadores assíduos da biblioteca, participam ativamente das atividades e têm envolvimento com os trabalhos desenvolvidos.

Foram aplicados questionários a vinte participantes. Também foram realizadas observações *in loco* e análise documental de projetos, imagens e outros registros de atividades desenvolvidas na Biblioteca Pública Municipal. Os vinte participantes selecionados para responder ao questionário foram: cinco professores com nível superior, cinco usuários (sujeitos informacionais), cinco funcionários e cinco estudantes.

A análise dos dados foi conduzida a partir do estudo de caso realizado *in loco*, da observação direta, das falas dos sujeitos envolvidos, dos questionários respondidos e das atividades registradas em imagens e documentos.

4 BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL ALMIR CLEMENTINO MUNIZ: BREVE HISTÓRICO

A Biblioteca Pública Municipal Almir Clementino Muniz está localizada na cidade de Ubatã-BA, na microrregião de Ilhéus-Itabuna e na mesorregião do Sul Baiano. De acordo com o último censo realizado no ano de 2022 pelo Instituto Brasileiro Geográfico e Estatístico - IBGE, a população ubatense é de 16.111 habitantes, com densidade demográfica de 90,69 hab./km². A cidade de Ubatã foi emancipada em 26 de setembro de 1953, dessa forma o município baiano possui 70 anos.

Embora prevista na Lei Orgânica de Ubatã/BA desde 1990, a biblioteca pública municipal só foi implantada em 2008, durante a gestão do prefeito Adailton Ramos Magalhães, como parte de uma política federal para levar bibliotecas a todos os municípios brasileiros; a ação contou com apoio da Fundação Pedro Calmon e do Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas (SEBP), mas até hoje não há uma lei municipal que formalize sua criação, conforme apontado por Jesus (2023).

Figura 3 – Fachada da Biblioteca Pública Municipal Almir Clementino Muniz



Fonte: Arquivo pessoal dos autores (2024)

O nome da Biblioteca Pública Municipal Almir Clementino Muniz⁶ é uma homenagem a Almir Muniz, prefeito da cidade entre 1973 e 1977 e vice-prefeito entre 1993 e 1996. Muniz também foi vereador por dois mandatos no legislativo ubatense. Durante sua gestão como prefeito “aparelhou o setor educacional para melhorar ainda mais o índice educativo em toda a sua gestão” (Luís, 1995, p.101). Na Figura 4, apresenta-se uma imagem do ex-prefeito Almir Muniz.

Figura 4 – Ex-prefeito Almir Clementino Muniz, homenageado com o nome da Biblioteca Pública de Ubatã



No ano de 2008, quando a biblioteca passou a oferecer serviços à comunidade — como empréstimo de livros, pesquisas, espaço sociocultural e de memória —, o maior obstáculo enfrentado foi a falta de sede própria. Isso tem resultado em constantes mudanças de local, o que acarretou perdas no acervo, dificuldade de acesso para os leitores, além da necessidade frequente de novas divulgações para readaptação da comunidade.

Ao longo de 15 anos, a biblioteca já funcionou em cinco endereços diferentes. Em 2024, a Biblioteca Municipal Almir Clementino Muniz está situada na Avenida João Dudu, nº 26, em Ubatã–BA. Como já salientado, a instituição ainda não dispõe de espaço próprio. Abaixo, transcreve-se trecho de uma reportagem publicada por ocasião de uma das reinaugurações, em 2013:

⁶ Como gestor, realizou obras e serviços relevantes para a população, como a construção de escolas e do prédio do fórum. Ficou conhecido por seu trabalho sério e honesto. Almir Muniz, pertencente a uma família tradicional da cidade, faleceu em 2016, aos 80 anos. “Durante a gestão de Almir Muniz, tida por muitos como uma das melhores da história do município, Ubatã recebeu importantes obras, como o Mercado Municipal, o Colégio Estadual de Ubatã e o Fórum Clériston Andrade” (Ubatã notícia, 2016).

A Biblioteca Municipal possui um vasto acervo, como nas áreas de Literatura, Filosofia, Língua Portuguesa e História. Além disso, o novo espaço conta também com sala de vídeo, sala de leitura e uma sala destinada às crianças (Ubatanoticias, 2013).

O espaço é dividido em três setores: pesquisa, empréstimo e infantojuvenil, e conta com um acervo de mais de 5 mil itens, entre os quais se destacam: livros de diversas literaturas, materiais para pesquisa, cantinho de leitura infantojuvenil, além de periódicos, atlas, dicionários, enciclopédias, mapas e outros materiais recebidos do Ministério da Cultura (MinC). A Figura 5 apresenta os setores da referida biblioteca.

Figura 5 – Cartaz apresentando os setores da Biblioteca



Fonte: Arquivo pessoal dos autores

Os livros estão catalogados de acordo com os códigos de catalogação vigentes e classificados segundo a Classificação Decimal de Dewey (CDD), pela equipe da FPC. Estão organizados nas estantes conforme a área do conhecimento e divididos por tipo de literatura ou conteúdo temático. O setor infantojuvenil é organizado pelo nome do autor em ordem alfabética. Essa catalogação e organização do acervo são frutos de uma política pública de 2007, articulada entre a Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, a FPC e a Gerência do Sistema de Bibliotecas.

A Biblioteca Municipal interage com a comunidade por meio de projetos como: datas comemorativas, Dia do Livro Infantojuvenil, Dia do Escritor, Dia da Consciência Negra, saraus de poesia, contação de histórias, projetos de saúde, culturais e sociais, e ações de fomento à leitura, entre outros. O próximo tópico apresentará os dados coletados a partir da aplicação de questionário, análise de imagens e dos projetos desenvolvidos.

5 ANÁLISE DOS DADOS

Foi elaborado e aplicado um questionário com vinte sujeitos participantes da pesquisa, sendo cinco professores, cinco estudantes, cinco usuários da biblioteca mas não estudantes e cinco funcionários. O questionário, composto por perguntas objetivas e subjetivas, abordou aspectos relacionados à Biblioteca, como missão, visão e valores; equipe; instalações físicas; atendimento ao público; atividades desenvolvidas e iniciativas de inovação.

No tópico “visão”, destaca-se a ideia da biblioteca como um local de encontro comunitário, acolhedor, aberto e gratuito — ou seja, um espaço democrático, onde todos possam aprender, criar, compartilhar, refletir e debater. O valor da instituição está alicerçado

no respeito à diversidade, na inclusão social e na preservação da memória local. Nas figuras 6 e 7 apresentam a receptividade da biblioteca aos seus usuários:

Figura 6 – Preparativos para receber os estudantes na volta às aulas em 2023



Fonte: arquivo pessoal dos autores

Figura 7 – Cartaz de boas-vindas a comunidade na volta as aulas em 2024



Fonte: arquivo pessoal dos autores

A equipe da biblioteca, em 2024, é composta por cinco funcionárias: três professoras em processo de readaptação, uma funcionária responsável por serviços gerais e uma servidora concursada como auxiliar de biblioteca, bacharelada em Biblioteconomia, que atualmente responde pela gestão do espaço e também é a pesquisadora deste trabalho.

Foi questionado se a biblioteca contribui para o fortalecimento da educação e da cultura no município. Os dados indicam que, enquanto espaço pedagógico, cultural, social e de memória, a instituição atua como recurso informacional, promovendo o conhecimento e apoiando a comunidade por meio de atividades e parcerias que fortalecem a educação local.

Sobre a preservação da memória, a pesquisa revelou que os registros históricos são mantidos em suportes físicos e enfatizados como parte integrante da identidade cultural do município. Na Figura 8 pode se ver o cuidado da instituição com a memória coletiva, especialmente a local.

Figura 8 – Exposição de fotos de Ubatã na ocasião do aniversário da cidade

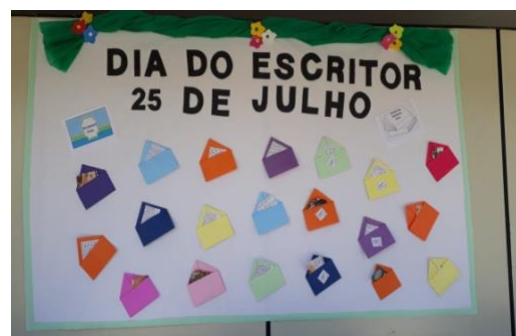
Fonte: arquivo pessoal dos autores

No que diz respeito às instalações físicas, foram levantados aspectos como: climatização, rede hidráulica, mobiliário, rede elétrica, limpeza, controle de pragas e equipamentos de segurança. O espaço foi considerado satisfatório para o funcionamento da biblioteca, e o mobiliário atende às necessidades de pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades. A rede elétrica é funcional, a limpeza é adequada e há controle de pragas. No entanto, a biblioteca não possui equipamentos de combate a incêndio, nem política formal de preservação e restauração do acervo.

Quanto ao atendimento ao público, a biblioteca dispõe de serviço de referência, voltado para orientar pesquisas, sanar dúvidas e atender a outras necessidades informacionais dos usuários.

Embora mantenha práticas tradicionais, a biblioteca utiliza as redes sociais, como *Instagram* e *WhatsApp*, para divulgar suas ações, demonstrando algum avanço na comunicação digital, embora ainda não ofereça serviços online integrados. Há também recursos de acessibilidade, como parte do compromisso com a inclusão das diversidades.

As atividades rotineiras da biblioteca incluem serviços de empréstimo, apoio à pesquisa e o cantinho de leitura infantojuvenil. Entre os projetos desenvolvidos, destacam-se: “Literatura na Biblioteca”, “Mural Temático”, “Encontro com o Escritor”, “Exposição Temática”, “Mesa Cardápio”, “Espaço para Conferências”, “Produção de Videoaulas e Lives”, “Momento Cultural”, “Visitas Dirigidas e ações em Datas Comemorativas”. Nas Figuras 9 e 10 pode ser visto um registro dos preparativos da atividade “Encontro com o Escritor”.

Figuras 9 e 10 – Preparativos da Atividade Encontro com o escritor

Fonte: arquivo pessoal dos autores

A missão institucional da biblioteca é garantir atendimento e serviços informacionais à população ubatense, promovendo acesso ao livro e à leitura. Consolida-se como espaço educacional, cultural e social, acolhendo estudantes e cidadãos em busca de informação e conhecimento.

Desempenha papel ativo no incentivo à leitura, com ações como a “Semana do Livro Infantojuvenil” e o projeto “Fome de Leitura”, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, além de receber estagiários de diversas áreas. Também realiza eventos

comemorativos, como “Dia do Idoso”, “Semana da Consciência Negra” e campanhas de saúde e combate à violência infantojuvenil, reforçando sua função pedagógica, cultural e de preservação da memória local.

Entretanto, apresenta fragilidades no uso de tecnologias digitais: durante a pandemia de Covid-19 permaneceu fechada sem oferecer serviços *online*, o que evidenciou limitações estruturais e a falta de sede própria.

6 CONCLUSÃO

Este estudo analisou a Biblioteca Pública Municipal Almir Clementino Muniz (Ubatã-BA) à luz de um referencial teórico sobre bibliotecas públicas no Brasil e na Bahia, políticas públicas e dados coletados por questionários, observação e análise documental.

A pesquisa evidenciou aspectos positivos, como o papel sociocultural, o incentivo à leitura, o acervo diversificado e a preservação da memória local. Por outro lado, apontou fragilidades, entre elas mudanças frequentes de sede, carência de políticas de conservação, escassez de recursos tecnológicos e falta de equipe fixa e capacitada, que dificultam a modernização do serviço.

O estudo indica potencial de crescimento mediante maior apoio governamental, captação de recursos, fortalecimento da equipe e ampliação de eventos culturais. Ressalta-se a urgência de automação, digitalização e informatização do acervo, bem como de políticas públicas integradas que combinem acesso universal à informação, alfabetização digital, infraestrutura tecnológica e práticas sustentáveis, em consonância com a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU, 2015).

Conclui-se que a biblioteca é um importante equipamento sociocultural e político, cuja efetividade depende de investimento, inovação e compromisso público para garantir o direito à informação, à cultura e à cidadania.

REFERÊNCIAS

ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith. Usos e abusos dos estudos de caso. **Cadernos de Pesquisa**, v. 36, n. 129, p. 637-651, set./dez. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/>. Acesso em: 17. maio. 2025.

ARAGÃO, Esmeralda Maria de; QUARESMA, Dinorá Luna de Assis (Org.). **Cinquentenário da Escola de Biblioteconomia e Documentação**. Salvador: Gráfica Universitária, 1992.

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei 12.244 – Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país – texto compilado**. Sem data de publicação; disponível em <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em 01. abr. 2025.

FERRAZ, Marina Nogueira. O papel social das bibliotecas públicas no século XXI e o caso da Superintendência de Bibliotecas Públicas de Minas Gerais. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.19, número especial, p.18-30, out./dez. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pci/v19nspe/04.pdf>. Acesso em: 20. jan.2025.

ESTRELA, Claudia de Souza; SANTANA, Gustavo Alpoim; MIRANDA, Zeny Duarte. Políticas públicas de informação em tempos de fake news. **REBECIN**, São Paulo, abr. p. 1-13. 2024. Edição especial 5º Encontro Regional Norte-Nordeste de Educação em Ciência da Informação, 2023, [Salvador, BA]. Disponível em: <https://portal.abecin.org.br>. Acesso em: 10 maio. 2025.

FIDELIS, Marli Batista; SILVA, Gilvanedja Ferreira Mendes da. políticas públicas para biblioteca: acesso e uso da informação. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14, 2013. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php>. Acesso em: 06 jan, 2025.

FONSECA, Edson Nery da. **A Biblioteconomia brasileira no contexto mundial**. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 1979.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). **Arnold Ferreira da Silva**. Dicionário CPDOC. 2009. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/arnold-ferreira-da-silva> . Acesso em: 30 abr., 2025

JESUS, Cláudio Silva de. **A Biblioteca Pública na Bahia: registrando uma história**. Salvador, 2023. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal da Bahia. Instituto de Ciência da Informação. 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream>. Acesso em: 24. maio, 2025.

LESSA, Bruna. Biblioteca pública como um espaço híbrido e multiterritorial. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 25, n. 3, p. 555-570, ago./dez., 2020. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1679/pdf>. Acesso em: 22. maio. 2025.

LINS, Ivana Aparecida Borges. **Biblioteca pública, convergências e divergências: Chile, Colômbia e Brasil**. 2016. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/20978>. Acesso em: 14 maio. 2025.

LUIS, J. **Memórias de Ubatã**. 1. Ed. Ubatã-BA: Prefeitura Municipal de Ubatã, 1995.

MINAYO, Maria Cecília de S., ODÉCIO, Sanches. Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? **Cad. de Publ.** Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, jul/set, 1993.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Nova Iorque: ONU, 2015.

SANTOS, Jovenilda Freitas dos. Considerações de implantação de bibliotecas públicas municipais no estado da Bahia. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. São Paulo, v. 12, n. 2, p. 58-75, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/415/546@pt>. Acesso em: 28 maio, 2025.

SANTOS, Marcel Pereira. Bibliotecas Públicas no século XXI: uma releitura da literatura. **CRB-8 Digital**, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 10-16, dez. 2012. Disponível em: | <https://cip.brapci.inf.br/download/46766>. Acesso em: 27 maio, 2025.

SOUZA, Francisco das Chagas de. **O ensino da Biblioteconomia no contexto brasileiro**. Florianópolis: Ed. UFSC, 1990.

SOUZA, Salim Silva. **Memórias da Biblioteconomia em Sergipe**. Curitiba: CRV, 2022.

SOUZA, Salim Silva. **A trajetória do curso de biblioteconomia e documentação da UFS (2008-2017): história e memórias**. 1. ed., Joinville: Clube de Autores, 2019.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005